



Procuradoria-Geral de Justiça
DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES/ASSPLAN/ MP-AP

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026/MP-AP

OBJETO: Aquisição de equipamento: Kit de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede, compreendendo a elaboração do projeto executivo, a aprovação junto à concessionária de energia, o fornecimento, montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, o treinamento e suporte técnico e operação do sistema será na cidade de Macapá, que compõem o Convênio Transferegov.br Nº 961582/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº. 20.06.0000.0001514/2026-07-MPAP.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº estabelecida na....., nº ,telefone/fax nºs....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

ITEM	Especificação	Unidade	QDT.	VALOR UNIT.:	VALOR TOTAL:
1	Kit de Energia Solar Fotovoltaica conectado à rede “On Grid” Geração média mínima mensal: 36.400 kWh/mês. Potência mínima: 280 kWp.	Unidade	01		

(Os valores devem ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais).

DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Informar preços unitários e totais relativos ao(s) item(s) cotado(s) já inclusos todos os tributos, fretes para entrega e instalação no Município de **Macapá-AP**, seguro, e quaisquer outras despesas inerentes para execução do objeto;
2. Informar que a validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO.
3. Informar Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.

RG, CPF e Nome do Representante Legal:	
Telefone para contato (inclusive celular)	
Dados Bancários(Conta corrente)	

Local e data.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Procuradoria-Geral de Justiça
DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES/ASSPLAN/ MP-AP

ANEXO IV – Modelo de Declarações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A empresa_____inscrita no CNPJ sob nº_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). portador(a) da Carteira de Identidade nº_e do CPF nº _____
DECLARA:

- 1) Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 2) Que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 3) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4) **DECLARAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 37/2009-CNMP: DECLARAMOS** que esta empresa não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela **Resolução** nº 172/2017-CNMP), onde prevê que é **VEDADA** “a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação”. A vedação, conforme o §1º, “não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade” e, de acordo com o §2º, “se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização”, e ainda, que não tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 177/2017-CNMP.
- 5) **DECLARAMOS**, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

(Local e data)

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



Procuradoria-Geral de Justiça
DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES/ASSPLAN/ MP-AP

ANEXO V-Minuta Contratual

Pregão Eletrônico nº 010/2026